

LEI Nº 459, DE 12 DE MARÇO DE 2019

Regulamenta o disposto no art. 100 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, definindo obrigações de pequeno valor para o Município, e o art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Evandro Luiz Cecato, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I :

Art. 1º - É considerada de pequeno valor, para fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, na redação da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, a obrigação de pagar quantia certa decorrente de decisão judicial transitada em julgado, que tenha condenado o Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, em processo de cujo contraditório o ente público tenha feito parte, cujo total atualizado englobando principal, custas e despesas processuais não seja superior a 15 (quinze) salários mínimos.

Art. 2º - O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor, será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da apresentação de requerimento à entidade devedora, instruído com a Requisição/Certidão de Pequeno Valor (RPV/CPV) original, expedida pelo Cartório, demonstrando o trânsito em julgado do respectivo processo, a discriminação dos valores devidos, bem como a inexistência de expedição de precatório requisitório ou de outra RPV/CPV para o mesmo crédito em questão.

Art. 4º - O limite previsto no art. 1º desta Lei, não se aplica aos processos judiciais em curso com sentenças já transitadas em julgado, e os honorários de sucumbência, as custas e despesas processuais deverão ser consideradas como parcela integrante do valor devido, para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.

Art. 5º - É facultada ao exequente a renúncia ao crédito, no que exceder ao valor estabelecido no caput do artigo 1º, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem a expedição de precatório, na forma do Parágrafo 1º do citado artigo.

Parágrafo único - A opção exercida pela parte para receber os seus créditos na forma prevista no caput, implica na renúncia do restante dos créditos porventura existentes, que sejam oriundos do mesmo processo.

Art. 6º - O pagamento sem precatório, na forma prevista nesta Lei implica na quitação total do pedido constante na petição inicial e determina a extinção do processo pelo pagamento.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

EVANDRO LUIZ CECATO
Prefeito

*Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.*